
Trabalhadores por conta própria como atores do desenvolvimento

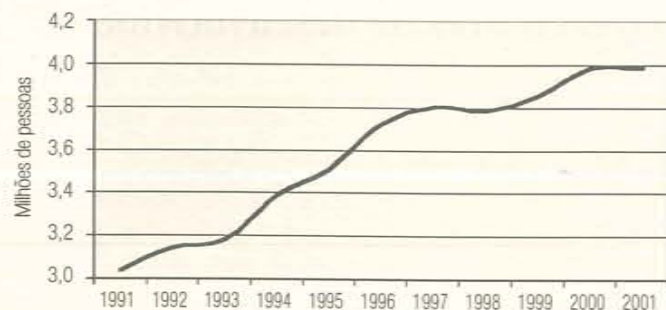
ADRIANA FONTES

ANDRÉ URANI

O Brasil é o país com o maior número de empreendedores do mundo. O trabalho por conta própria não pode mais ser considerado uma mera válvula de escape contra o desemprego. Pelas dimensões que essa forma de inserção tem atingido, merece ser tratada como alvo fundamental das políticas de desenvolvimento.

A década passada foi marcada por uma retração do emprego formal. Segundo os dados da PME/IBGE, o número de empregados com carteira de trabalho assinada teve uma queda de 4% de 1991 a 2001 ao passo que o trabalho por conta própria cresceu 31% no mesmo período. O número de trabalhadores por conta própria, como se vê no Gráfico 1, praticamente não parou de aumentar durante os dez últimos anos. Mesmo naqueles anos em que o emprego com carteira assinada não diminuiu, como foi o caso de 1995 e 2000, o trabalho por conta própria absorveu crescentemente trabalhadores. Isto indica que o papel deste tipo de ocupação transcende o de “colchão” absorvendo os trabalhadores expulsos do mercado de trabalho formal.

Gráfico 1. *Evolução do número de trabalhadores por conta própria – Brasil Metropolitano.*



Fonte: PME/IBGE.

São quase quatro milhões de pessoas que trabalham desta forma nas seis principais regiões metropolitanas, de acordo com a PME/IBGE.¹ Pesquisas mostram que grande parte delas declara que não trocaria sua posição na ocupação atual por um emprego com carteira assinada, pelas seguintes razões: por não gostarem da idéia de terem um patrão, pelo fato de terem uma jornada de trabalho mais flexível, ou por considerarem que já investiram demais em seus próprios negócios.

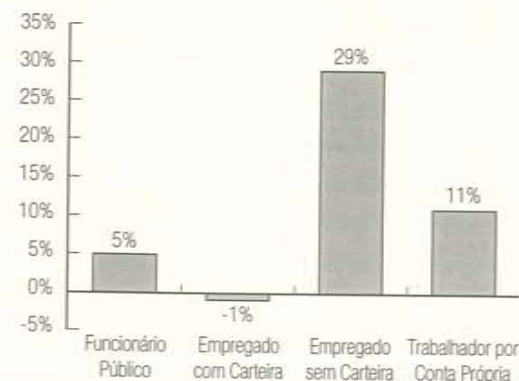
Segundo a PNAD/IBGE de 1999, há uma mesma proporção entre famílias (31%) chefiadas por empregados com carteira assinada no Brasil e chefiadas por trabalhadores por conta própria. Apesar da igual representatividade dessas duas formas de inserção para as famílias brasileiras, toda a proteção social (previdência, seguro desemprego) está voltada apenas para os empregados com carteira assinada.

A renda média dos trabalhadores por conta própria é cerca de 16% abaixo da renda dos empregados com carteira de trabalho assinada. Esse valor, no início da década de 1990, era maior do que o dobro. Ou seja, houve uma significativa redução dos diferenciais de rendimento entre os segmentos formais e

1. São elas: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador.

os informais, tendo em vista que a renda real média dos trabalhadores por conta própria e, sobretudo, dos empregados sem carteira assinada cresceu, enquanto que a dos empregados com carteira assinada caiu, como se observa no Gráfico 2.

Gráfico 2. *Variação da renda real média entre 1991 e 2001.*



Fonte: PME/IBGE.

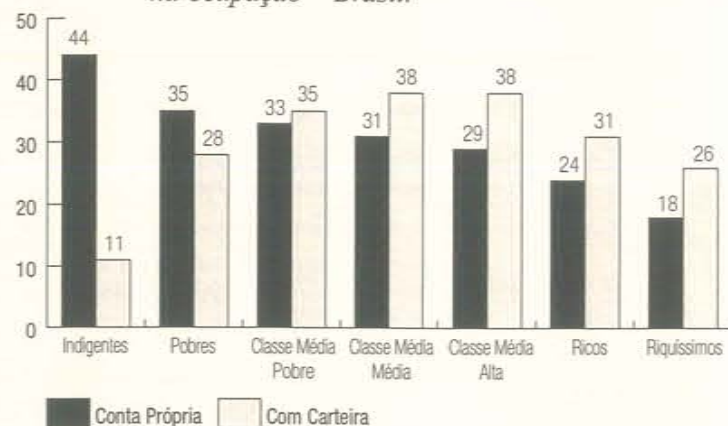
Apesar desse ganho relativo de renda observado na última década para os trabalhadores autônomos, a pobreza está concentrada nas famílias chefiadas por pessoas inseridas desta forma no mercado de trabalho.² Cerca de 44% das famílias indigentes e 35% das famílias pobres no Brasil têm chefes que trabalham por conta própria. No Gráfico 3, que mostra o

2. Consideraram-se indigentes aqueles com renda familiar per capita abaixo da linha de indigência de 49 reais, e pobres, aqueles abaixo da linha de pobreza de 98 reais. Já as demais camadas foram consideradas fixas. A classe média baixa inclui aqueles que estão entre a linha de pobreza e a mediana da renda que é cerca de 144 reais. Já a classe média média compreende aqueles que estão entre a mediana e 298 reais (75% mais pobres), e a classe média alta, os seguintes até 625 reais. Os ricos são os 10% da população que ganham mais do que isso, ou seja, aqueles que tem renda acima de 625 reais, e os riquíssimos fazem parte do 1% mais rico da população e ganham mais de 2.338 reais.

percentual de trabalhadores autônomos nas diferentes camadas sociais, é visível a redução da participação desta forma de inserção conforme aumenta a renda das famílias.

Ainda no Gráfico 3, percebe-se que o trabalho autônomo é quatro vezes mais representativo na indigência que o emprego com carteira assinada. Na pobreza, essa maior representatividade do trabalho por conta própria também se confirma. Já nas camadas médias e altas, a situação se inverte e o emprego formal se torna bem mais representativo.

Gráfico 3. Participação de chefes de família por posição na ocupação – Brasil.



Fonte: PME/IBGE.

No Brasil, predomina a tendência clientelista de se “protegerem” determinados grupos, como os empregados formalmente, tidos como frágeis e necessitados, mas, quase invariavelmente, situados nas camadas médias ou superiores da distribuição de renda. A legislação trabalhista é um exemplo de uma proteção excessiva a setores fortes, de renda média ou alta, e o próprio funcionamento da Justiça do Trabalho acaba implicando a expulsão do mercado formal de boa parte da força de trabalho.

No momento em que a relativa, ainda incompleta, recuperação da capacidade financeira do Estado brasileiro alarga o leque de políticas públicas possíveis, o debate sobre quem deve ser o principal beneficiário direto da ação do governo é fundamental.

O apoio aos trabalhadores por conta própria, nesse sentido, deve ser prioridade se o objetivo for um crescimento econômico menos excludente daquele que conhecemos no passado. Para um projeto de desenvolvimento mais integral que tenha como objetivo a redução da desigualdade e da pobreza, o centro das atenções do governo não deve ser os grandes empresários, mas os micro e pequenos empresários e, em última instância, os trabalhadores por conta própria.

A experiência internacional mostra que alguns dos territórios que mais cresceram e geraram mais e melhores postos de trabalho durante as últimas décadas não foram os que atraíram grandes investimentos através de incentivos fiscais e promessas de proteção frente à concorrência internacional. Foram aqueles que, de uma forma ou de outra, criaram uma ambiência favorável ao desenvolvimento de micro e pequenos negócios, como a chamada Terceira Itália, onde se obteve um substancial aumento do bem-estar da sociedade através da combinação virtuosa de crescimento econômico e melhora da distribuição de renda.

O sucesso desses territórios deve ser atribuído à implantação de sistemas locais de desenvolvimento, centrados na idéia da “construção social e política do mercado”. Não se parte, de fato, da hipótese de que os mercados funcionam naturalmente, mas se procura, de diferentes maneiras, fazer com que funcionem do melhor modo possível. Por mercados, entendem-se aqueles dos bens e serviços que são produzidos e comercializados pelas empresas, é claro, mas também (e talvez sobretudo) os dos diferentes serviços que as empresas precisam para se desenvolver, ou seja, os da informação, do crédito, da

tecnologia, de formação de mão-de-obra etc. Fazer com que os mercados dos serviços de desenvolvimento empresarial funcionem significa, em última instância, democratizar o acesso a esses serviços.

Na era do pós-fordismo, o trabalho por conta própria é uma realidade do nosso país. A disposição e vontade de empreender são características desses trabalhadores, mas falta-lhes ainda o básico em termos de acesso a uma burocracia mais simples e a um conjunto de serviços que lhes seria necessário para alavancar a qualidade de seu negócio. A grande maioria dos empreendedores sobrevive na informalidade e à margem da subsistência, por não terem acesso a serviços essenciais para melhorar a qualidade de seus negócios.

A falta de crédito é um dos principais limitadores do desenvolvimento dos micronegócios. No Brasil, o acesso ao crédito é extremamente restrito e as taxas de juros, exorbitantes. A exceção são os programas de microcrédito, recentes no país, e que ainda atingem apenas uma parcela ínfima da demanda potencial. Diante desse quadro, uma série de ações deveria ser perseguida pelo governo para explorar a imensa demanda não atendida de crédito dos microempreendedores do setor informal.

O acesso à educação, básica e profissional, é outro fator importante. A desigualdade educacional está na raiz da desigualdade de renda e pode ser vista como acesso diferenciado ao "capital humano". No caso específico dos pequenos empreendedores, também a formação específica e em gestão são fundamentais para o sucesso do negócio.

Além de crédito, educação básica e capacitação profissional, há de se oferecerem certificação, assistência técnica, infra-estrutura, consultoria e análise sistemática da evolução do mercado, apoio à comercialização, possibilidade de se associar e de buscar seus interesses de forma coletiva, entre outros serviços de apoio.

A oferta de uma gama tão diferenciada de serviços não é uma tarefa que o Estado (em qualquer nível) seja capaz de

desempenhar sozinho. Requer arranjos entre diferentes níveis de governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada que sejam regionalmente diferenciados.

O papel do Estado nacional na promoção desse tipo de desenvolvimento está relacionado às seguintes atribuições:

- Fazer com que os mercados funcionem;
- Criar incentivos para que outros atores governamentais e da sociedade civil se tornem seus co-atores;
- Voltar as ações para o incremento de capital humano e não privilegiar a acumulação de capital físico;
- Fomentar o associativismo e permitir que os interesses coletivos se estruturam de forma mais livre, legítima e sólida;
- Trabalhar no sentido de democratizar o acesso às diferentes formas de riqueza (o patrimônio, o conhecimento, a informação, o crédito etc.).

Uma série de iniciativas, governamentais e não governamentais, tem surgido nos últimos anos. No Rio de Janeiro, por exemplo, existe o programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo (ATA), criado em 1998 a partir de uma iniciativa governamental, da Secretaria Municipal do Trabalho, mas que hoje é uma Organização da Sociedade Civil do Interesse Público. O ATA dedica-se a estabelecer o vínculo entre a oferta e a demanda por serviços de mão-de-obra por profissionais autônomos. As atividades são importantes não somente para os trabalhadores, pois possibilitam o acesso à comercialização de seus serviços, mas também para o consumidor, que costuma encontrar dificuldades para encontrar esses trabalhadores.

Em termos de crédito, surgiram várias entidades de microcrédito e diretrizes claras de apoio por parte de instituições como o SEBRAE. Até mesmo o setor privado parece ter descoberto, enfim, que o microcrédito pode ser um bom negócio. É o caso da Fininvest, que foi parceira da Secretaria

Municipal do Trabalho na Riocred e criou uma Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM), a Microinvest.

O terceiro setor também está desempenhando um importante papel nesse processo. Além de diversas instituições de microcrédito, várias entidades se voltaram à incubação de cooperativas e à montagem de associações empresariais em comunidades de baixa renda, outras – ao colaborarem com a democratização do acesso à informática – ajudam a disseminar uma série de serviços (informações, educação à distância, assistência técnica, comercialização etc.) que podem se revelar muito úteis para os pequenos empreendedores e os trabalhadores autônomos.

Essas iniciativas apontam, sem dúvida, na direção correta, mas ainda resta muitíssimo a fazer. Por um lado, as ações empreendidas ainda estão longe de atingirem a escala necessária. Por outro, certamente ainda falta uma maior articulação entre os atores que empreendem essas ações para que elas possam ser mais eficazes.

Potencializar e articular melhor as diferentes iniciativas em curso de apoio aos trabalhadores por conta própria torna-se fundamental para a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento dos pequenos negócios que pode ser a mola mestra de um modelo de desenvolvimento com redução da pobreza e desigualdade.

Esse modelo contrapõe-se ao modelo tradicional de desenvolvimento em nosso país à medida que prioriza a democratização do acesso aos serviços que são necessários para melhorar as chances de sucesso das empresas, sobretudo, para as nano empresas (trabalhadores por conta própria). Com base nessa democratização, acredita-se que seja possível enveredar por uma trilha de desenvolvimento que combine crescimento econômico com menos desigualdade de renda.

Resumo

O artigo descreve a situação atual do trabalho autônomo no Brasil. O número de trabalhadores por conta própria praticamente não parou de aumentar durante os dez últimos anos. Além disso, embora tenha havido um ganho relativo de renda observado na última década para os trabalhadores autônomos, constata-se que a pobreza está concentrada nas famílias chefiadas por pessoas inseridas desta forma no mercado de trabalho.

Critica-se que, apesar de haver uma mesma proporção entre famílias chefiadas por trabalhadores autônomos e famílias chefiadas por trabalhadores com carteira assinada, toda a proteção social (previdência, seguro desemprego) é voltada apenas para os empregados com carteira assinada.

Para um projeto de desenvolvimento mais integral que tenha como objetivo a redução da desigualdade e da pobreza, conclui-se que o centro das atenções do governo não deve ser os grandes empresários, mas os micro e pequenos empresários e, em última instância, os trabalhadores por conta própria, até porque a grande maioria dos empreendedores sobrevive na informalidade e à margem da subsistência, por não terem acesso a serviços essenciais para melhorar a qualidade de seus negócios.